

ROSTONIO UCHÔA

PROCESSO CONSTITUCIONAL E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2015

Copyright © 2015 by Rostonio Uchôa

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: José Roberto dos Santos Lima

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

- U17p Uchôa, Rostonio.
 Processo constitucional e controle de constitucionalidade / Ros-
 tonio Uchôa. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2015.
 xiv, 243 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 217-223.

ISBN 978-85-8440-169-7

1. Direito constitucional - Brasil. 2. Processo civil - Brasil. 3.
Controle de constitucionalidade - Brasil. I. Título.

CDD – 342.81

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	V
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	XV
APRESENTAÇÃO.....	XVII
PREFÁCIO.....	XIX

UNIDADE I

TEORIA GERAL DO PROCESSO CONSTITUCIONAL

AULA 01

ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DO PROCESSO

CONSTITUCIONAL.....	3
1. Introdução ao Direito Processual Constitucional.....	3
2. A evolução histórica do Processo Constitucional.....	5
3. Das relações entre Constituição e Processo.....	9
4. A tutela constitucional do processo	11
5. Autonomia Científica do Direito Processual Constitucional	12

AULA 02

OS PRINCÍPIOS DO PROCESSO CONSTITUCIONAL.....

1. Noção	15
2. Princípios Comuns ao Processo	15
a) Devido Processo Legal	15
b) Inafastabilidade de Jurisdição	17
c) Ampla Defesa e Contraditório.....	18
d) Juiz Natural.....	20
e) Motivação das Decisões Judiciais.....	22
f) Princípio da publicidade.....	23
3. Princípios Específicos do Direito Processual Constitucional	23
a) Princípio do Pedido.....	23
b) Princípio da Instrução.....	23
c) Princípio da Congruência	24

d) Princípio da individualização.....	24
4. Dos Princípios de Hermenêutica Constitucional.....	25
a) Princípio da Supremacia das Normas Constitucionais	25
b) Princípio da Unidade da Constituição.....	26
c) Princípio da Efetividade da Norma Constitucional	27
d) Princípio da Simetria Constitucional.....	27
e) Presunção de Constitucionalidade das Normas Infraconstitucionais	28
5. Métodos de Interpretação da Constituição	28
a) Método Jurídico (Hermenêutico Clássico)	28
b) Método tópico-problemático.....	29
c) Método hermenêutico-concretizador	29
d) Método científico-espiritual.....	30
e) Método normativo-estruturante	30

AULA 03

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL.....	31
1. A ideia tradicional de Jurisdição.....	31
2. A Jurisdição Constitucional	32
2.1. Conceito.....	32
2.2. Objeto.....	34
2.3. Conteúdo.....	35
2.4. Finalidade.....	37

AULA 04

DA INCONSTITUCIONALIDADE DAS NORMAS	39
1. Noção (Constitucionalidade e Inconstitucionalidade)	39
2. Supremacia Constitucional.....	39
3. Supremacia da Constituição Material e Formal	40
4. Rigidez e Supremacia Constitucional	40
5. Bloco de Constitucionalidade.....	45
6. Inconstitucionalidade Formal e Material	46
6.1. Inconstitucionalidade Formal.....	46
a) Ritual	47
b) Subjetiva	47
c) Circunstancial e Temporal.....	50
6.2. Inconstitucionalidade Material	50

7. Inconstitucionalidade por Ação e Omissão.....	52
8. Inconstitucionalidade Total e Parcial	53
9. Inconstitucionalidade Direta e Indireta	55
10. Inconstitucionalidade Originária e Superveniente (não recepção)	57
11. Consequências da Inconstitucionalidade (Nulidade Temperada)	59
12. Mutação Constitucional	61

AULA 05

O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	63
1. Noção	63
2. Razão de Ser	63
3. Espécies de Controle de Constitucionalidade.....	64
3.1. Quando ao Órgão Fiscalizador	64
a) Político	64
b) Jurisdicional	65
3.2. Quanto ao Momento da Fiscalização	65
a) Preventivo	65
b) Repressivo	66
3.3. Quanto ao número de legitimados para o controle	66
a) Concentrado	66
b) Difuso	66
3.4. Quanto ao modo de manifestação.....	66
a) Incidental	66
b) Principal.....	67
3.5. Quanto ao objeto da análise.....	67
a) Abstrato	67
b) Concreto.	67
3.5. Quanto à existência de sujeitos envolvidos (finalidade)	67
a) Subjetivo	67
b) Objetivo.	67
4. Do Controle Jurisdicional de Constitucionalidade.....	68
4.1. Do Modelo Americano de Controle.....	68
a) O Controle Difuso.....	69
b) O Controle Concreto.....	69
4.2. Sistema Austríaco (Hans Kelsen)	70
a) O Controle Concentrado.....	71

b) O Controle Abstrato.....	71
4.3. Sistema Francês	72
4.4. Sistema Alemão.....	73
4.5. Sistemas Híbridos.....	74

UNIDADE II

O CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL

AULA 6

MODELO BRASILEIRO DE CONTROLE DE

CONSTITUCIONALIDADE	79
1. Evolução	79
2. Controle Político de Constitucionalidade.....	81
2.1. Apreciação pelas Comissões Parlamentares de Constituição e Justiça	81
2.2. Veto Presidencial	82
2.3. Suspensão da Eficácia de Lei pelo Senado Federal.....	82
2.4. Controle de Constitucionalidade pelos Tribunais de Contas	84
2.5. Controle de Constitucionalidade repressivo pelo Poder Executivo .	85
3. Controle Jurisdicional de Constitucionalidade.....	86
3.1. Controle Concentrado e Abstrato.....	86
5. Controle Difuso e Concreto	88
6. Controle Jurisdicional Preventivo.....	88

AULA 07

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	91
1. Noção	91
2. Competência para julgamento.....	91
3. Legitimados	91
4. Demais atores no processo de ADI.....	94
4.1. Autoridade da qual emanou o ato impugnado	94
4.2. Advogado-Geral da União	95
4.3. Procurador-Geral da República	96
4.4. O <i>Amicus Curiae</i>	96
4.5. Informações de Tribunais.....	98
5. Petição Inicial	98
6. Do Quórum para Declaração de Inconstitucionalidade.....	100

7. Do Objeto de Declaração de Inconstitucionalidade.....	101
7.1. Violação Direta	101
7.2. Inconstitucionalidade Originária	102
7.3. Atos com densidade normativa	102
7.4. Atos vigentes	104
7.5. Atos federais ou estaduais	104
7.6. Emenda Constitucional é suscetível de controle	105
7.7. Controle da Constitucionalidade de tratados internacionais	107
7.8. Impossibilidade de controle de Súmulas.....	107
7.9. Controle sobre parcela do ato impugnado.....	107
8. Dos Efeitos da Decisão	108
8.1. Modulação dos Efeitos.....	108
8.2. Teoria da Transcendência dos Motivos Determinantes	111
8.3. Inconstitucionalidade das normas paralelas	112
8.4. Inconstitucionalidade por Arrastamento	113
8.5. Caráter Dúplice da Decisão.....	114
8.6. Revigoração dos Efeitos de Norma Revogada.....	115
8.7. Declaração Sucessiva de Inconstitucionalidade	115
8.8. Inconstitucionalidade Progressiva (Situações Constitucionais Imperfeitas).....	116
9. Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade	117
10. Rito abreviado (Art. 12 da Lei nº 9.868/99)	118

AULA 08

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR

OMISSÃO.....	119
---------------------	------------

1. Noção	119
2. Finalidade.....	119
3. Procedimento	120
4. Efeitos da Decisão.....	121
5. Medida Cautelar	125

AULA 09

AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE.....	129
--	------------

1. Noção	129
2. Competência.....	129
3. Objeto.....	130

4. Legitimidade.....	130
5. Demais Atores do Processo	131
6. Processo e Julgamento	132
7. Medida Cautelar	133
8. Efeitos da Decisão Final.....	133

AULA 10

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO

FUNDAMENTAL

1. Noção	135
2. Objeto.....	136
2.1. Atos anteriores à nova Constituição	136
2.2. Atos de Estatuta Infralegal.....	137
2.3. Controle abstrato de Lei Municipais	138
2.4. Em face de Atos Judiciais	139
2.5. Subsidiariedade	142
3. Legitimados	143
4. Processo e Julgamento	143
5. Medida Liminar.....	145
6. Demais Atores do Processo	145

AULA 11

ADI INTERVENTIVA.....

1. Noção	147
2. Natureza	147
3. Objeto.....	148
4. Legitimidade.....	149
5. Petição inicial	150
6. Procedimento	150

AULA 12

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE EM FACE

DAS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS.....

1. Noção	155
2. O Parâmetro de Controle (<i>Kontrollmassstäbe</i>)	156
2.1. A Inconstitucionalidade do parâmetro de Controle (Cartal local)	158

3. Os Instrumentos de Controle	160
4. Competência para Julgamento.....	160
5. Os Legitimados para Propositura	161
6. Os demais atores processuais.....	163
7. A Abrangência e Efeitos da Decisão	164
8. Conflitos entre Controle Estadual e Controle Federal de Constitucionalidade.....	164
8.1. Simultaneidade do Controle Estadual e Controle Federal	165
8.2. Decisão anterior do TJ e decisão posterior do STF	165
8.3. Decisão anterior do STF e posterior controle perante o TJ	166
9. Da Recorribilidade da Decisão em ADI Estadual	166
9.1. Normas de Reprodução Obrigatória.....	168
AULA 12	
CONTROLE DIFUSO	173
1. Noção	173
2. Legitimidade para proposição.....	173
3. Competência para apreciar a inconstitucionalidade.....	174
4. Cláusula de Reserva de Plenário.....	175
5. Atuação do STF (art. 102, III, CF).....	178
6. Momento de arguição.....	178
7. Dos Efeitos da Decisão em Controle Difuso.....	179
8. O controle concreto diante da superveniência de decisão em controle abstrato.....	179
AULA 13	
RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	183
1. Noção	183
2. Objeto.....	183
2.1. Decisão que contrariar dispositivo da Constituição	184
2.2. Tratado ou Lei Federal declarados inconstitucionais	186
2.3. Lei ou ato de governo local em face da Constituição	186
2.4. Lei local contestada em face de lei federal	187
3. Legitimidade.....	187
4. Procedimento	187
4.1. Prazo.....	187
4.2. Requisitos Específicos.....	188

a) Prequestionamento	188
b) Esgotamento das Instâncias Ordinárias.....	190
c) Fundamentação Clara.....	191
d) Repercussão Geral	192
4.3. Agravo para destrancar RE	194
4.4. Execução Provisória	195
5. Efeitos da Decisão.....	196
AULA 14	
AS SÚMULAS VINCULANTES	197
1. Noção	197
2. O Objeto.....	198
3. Procedimento para Edição, Alteração e Cancelamento	199
4. Relação das Súmulas Vinculantes	200
AULA 15	
RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL NO ÂMBITO DO	
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	207
1. Noção	207
2. Natureza Jurídica	208
3. Cabimento	210
3.1. Preservar a competência do STF.....	210
3.2. Garantir autoridade das decisões do STF.....	211
3.3. Ato que contrarie Súmula Vinculante	213
4. Procedimento	214
BIBLIOGRAFIA	217